



## **A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E O RECONHECIMENTO EFETIVO DA DIVERSIDADE: CULTURA, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS EM PROL DE UMA SOCIEDADE REFLEXIVA**

Vivian Campos<sup>1</sup>  
André Luiz da Silva<sup>2</sup>  
Douglas Rodrigues da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** A partir de uma concisa conceituação de cultura e uma breve análise histórica sobre a formação do povo brasileiro, o presente artigo tem como foco discutir sobre a mistura racial que compõe o Brasil e as dificuldades em relação a assumir essa mestiçagem. Apesar de tal fato ser parte de todo um processo histórico, atitudes de discriminação e preconceito perduram até a atualidade. Assim, Cultura e Educação podem ser utilizadas como importantes ferramentas aliadas as ações afirmativas, para que possamos levar a sociedade a consciência, reconhecimento e valorização de suas raízes.

**Palavras-chave:** Cultura, Educação, Formação do Povo brasileiro, ações afirmativas.

### **INTRODUÇÃO**

383

Comumente podemos ouvir a associação do termo “popular” ao desprovimento do “saber” associado ao “fazer”, a “mão de obra”. Porém, a especificidade da cultura popular não está relacionada apenas a apropriação social daquilo que seja menor ou espontâneo, mas sim, do fato de que o povo produz no trabalho e na vida diferentes

---

<sup>1</sup> Mestranda no programa de Desenvolvimento Humano (UNITAU). Possui graduação em Pedagogia-Licenciatura Plena pela Faculdade Paulista São José (2015) e graduação em Educação Artística-Licenciatura Plena pela Faculdade Santa Cecília (2007). Pós graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e complementação pedagógica, Faculdade Padre João Bagozzi (2010), Educação para as Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar (concluído em 2013) e Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado, Senac (2016). Atualmente é professor III-Arte da Prefeitura Municipal de Taubaté.

<sup>2</sup> graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Ciências da Religião (2003) e doutorado em Ciências Sociais (2011) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É docente efetivo de sociologia, pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas e docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. É pesquisador colaborador do Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas da PUC-SP. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, e na área de Sociologia da Cultura.

<sup>3</sup> Professor no Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unidade de Lorena. Mestrando pela Universidade de Taubaté - UNITAU. Possui graduação em Filosofia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unidade de Lorena (2005 - 2007). Pós-graduado MBA Gestão de Pessoas (2009-2010) pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unidade de Lorena. Pós graduado em Formação de Docentes para o Ensino Superior (2013 - 2014).



formas de representação, reprodução e reelaboração simbólica das suas relações sociais, criando suas próprias estruturas de sentido. Para Canclini (1983, p.43),

As culturas populares são construídas em dois espaços: a) as práticas profissionais, familiares, comunicacionais e de todo tipo através das quais o sistema capitalista organiza a vida de todos os seus membros; b) práticas e formas de pensamento que os setores populares criam a si próprios, mediante as quais concebem e expressam a sua realidade, o seu lugar subordinado na produção, na circulação e no consumo.

Símbolos e significados estão diretamente relacionados ao cotidiano popular e hábitos corriqueiros como comidas, valores, ditados e causos populares, remédios caseiros, crendices e às interações que os sujeitos estabelecem entre si e com as coisas, que no Brasil foram originados a partir dos diversos povos que participaram na construção do país. Assim, nossa cultura recebeu influências significativas dos índios (que aqui já residiam antes da chegada dos portugueses) e negros trazidos da África para trabalharem como escravos.

Este artigo tem como propósito elucidar a partir da conceituação de cultura e uma breve análise histórica sobre a formação do povo brasileiro, como se deu a mistura racial que o compõe e as dificuldades que o mesmo possui em relação a assumir essa mestiçagem. Tanto a Cultura como a Educação ferramentas de extrema importância, aliadas as ações afirmativas, podem modificar a consciência da sociedade proporcionando a mesma o reconhecimento e valorização de suas raízes. Utilizando do método revisão bibliográfica, o presente artigo tem como objetivo ressaltar a importância do reconhecimento da mistura de raças que compõe o povo brasileiro e a importância da valorização do mesmo.

384

## **CULTURA: CONCEITO E DEFINIÇÃO**

A cultura é dimensão indispensável para o desenvolvimento humano, social e econômico, e se encontra em um permanente processo de transformação. Diz respeito a tradição, criatividade, valores, emoções, memória, história, praticas, ideias e identidades.



Atualmente, a cultura deixou de ser encarada como algo secundário, passando a ser entendida como relevante no contexto das políticas públicas e para o desenvolvimento humano, social e econômico

São inúmeros os enfoques para o termo cultura. Porém, neste artigo utilizaremos a dimensão antropológica, que de maneira sistêmica, abrange os modos da vida social, códigos de valores, a produção de bens simbólicos, interligadas às diferentes maneiras de ser humano (BOSI, 1992, p.278).

Para os antropólogos a cultura é parte dos costumes e hábitos aprendidos por um indivíduo de um determinado grupo, e se diferem devido aos materiais utilizados, na maneira como lidam com o espaço e o tempo, no que valorizam, como as tradições são concebidas e a existência (ou não) da perpetuação das mesmas, no modo em que os significados são constituídos, além da forma como entendem a cultura no seu próprio contexto. De acordo com Shukman (1986, p.166 *apud* SANTAELLA, 1996, p.12),

A cultura é a totalidade dos sistemas de significações através dos quais o ser humano, ou um grupo humano particular, mantém a sua coesão (seus valores e identidade e sua interação com o mundo). Esses sistemas de significação, usualmente referidos como sendo sistemas modeladores secundários (ou a linguagem da cultura), englobam não apenas todas as artes (literatura, cinema, pintura, música, etc), as várias atividades sociais e padrões de comportamento, mas também os métodos estabelecidos pelos quais a comunidade preserva sua memória e seu sentido de identidade (mitos, história, sistema de leis, crença religiosa, etc.). Cada trabalho particular de atividade cultural é visto um texto gerado por um ou mais sistemas.

Alguns autores utilizam o termo no singular (cultura), outros como adjetivo (cultural) e outrem na forma plural (culturas), evidenciando que não há um consenso sobre a definição do termo cultura, o que elucida a sua complexidade e as suas modificações ao longo da história.

Com a origem da disciplina Antropologia, em meados do século XIX, eclodiram várias concepções antropológicas de cultura, englobando atividades humanas diferenciadas, materiais e ideais, práticas e crenças, normas sociais, entre outros, que por mais incipiente e rude que possam parecer, possuem em seu interior coerência e sentido para aqueles que a vivenciam. O principal método de estudo da Antropologia se dá a partir da observação direta de indivíduos e suas relações com o outro e com a



natureza. Vários autores contribuíram para a constituição conceitual das múltiplas dimensões do conceito de cultura, porém, a significação e os valores foram considerados como de suma importância para a organização da cultura.

John B. Thompson (2000) profere cultura sobre duas concepções: a descritiva (onde são descritos a variação do conjunto de crenças, valores, costumes, em uma sociedade e em determinado contexto histórico) e a simbólica (que diz respeito a subjetividade e simbolismos inseridos em determinado contexto). Para o autor, os fenômenos culturais podem ser vistos como formas simbólicas em contextos estruturados, a análise cultural pensada como estudo das diferentes maneiras e da contextualização social.

Já Bauman (2001) identifica três sentidos para o tema: o hierárquico (relacionado a classificação de pessoas devido a seu nível cultural; erudição), o diferencial (referente a natureza de povos e países diversos) e o genérico (engloba aquisição e valores culturais; tem como função unir e distinguir a espécie humana das demais). Devido às mudanças cada vez mais aceleradas e contínuas de valores culturais, sociais, econômicos e políticos da atualidade, Bauman denomina tal contexto de “modernidade líquida”, onde tudo passa a ser entendido como temporário e provisório e padrões de referência passam a ser inexistentes, o que torna cada vez mais difícil fazer com que tradições e costumes perdurem. Devido à liquidez e a transformação constante, aliados ao capitalismo mundial e a globalização, a cultura teria deixado de ser simplesmente humana para se tornar mercadológica.

A complexidade da definição do termo cultura alcança também outras ordens de conceitos e fenômenos a ela associados. Esse é o caso do tema Cultura Popular, concebida por derivação ao vocábulo “cultura” que, conforme define Holanda (2010), num sentido específico de conhecimento, é sinônimo de “instrução, saber, estudo”, fazendo alusão às classes sociais mais elevadas, mesmo que implicitamente.

Comumente podemos ouvir a associação do termo “popular” ao desprovimento do “saber” e associado ao “fazer”, à “mão de obra”. Porém, a especificidade da cultura popular não está relacionada apenas a apropriação pela sociedade daquilo que seja menor ou diferente, mas sim, do fato de que o povo produz, no trabalho e na vida,



diferentes formas de representação, reprodução e reelaboração simbólica das suas relações sociais, criando assim suas próprias estruturas. Para Canclini (1983, p.43),

As culturas populares são construídas em dois espaços: a) as práticas profissionais, familiares, comunicacionais e de todo tipo através das quais o sistema capitalista organiza a vida de todos os seus membros; b) práticas e formas de pensamento que os setores populares criam a si próprios, mediante as quais concebem e expressam a sua realidade, o seu lugar subordinado na produção, na circulação e no consumo.

A cultura popular é entendida como “folclore”: conjunto de objetos, práticas e concepções classificadas como “tradicionalistas”. Essas “manifestações tradicionais” são consideradas como uma necessidade de permitir que o “povo clássico sobreviva”, a fim de localizar no espaço a constância das mesmas, relacionando-as à “tradição” (ARANTES, 1982, p. 16). Existe uma necessidade de se preservar o passado, pois a identidade se constitui a partir da memória, e pensar em cultura popular como sinônimo de tradição é ressaltar a ideia de que o ápice encontra-se no passado, o que desempodera o presente. Silva (2011) nos lembra que, Gilberto Velho, entre vários autores, destaca o caráter heterogêneo e plural da cultura popular, que pode ser desdobrada em culturas populares.

387

A noção de cultura popular remete a dicotomia elite e classes e/ou camadas populares. Essa visão dualista distingue dois níveis de cultura de uma sociedade, relacionados não só a desigualdade econômica e política como, de um modo geral, as visões de mundo e as experiências sociais peculiares. Dentro da tradição antropológica com autores como Robert Redfield com sua noção de contínuo *folk-urbano* enfatizou-se sempre o caráter dinâmico e relacional entre os diferentes níveis de cultura. Pensadores e historiadores como Bahtkin e Ginzburg, por sua vez, exploraram não só a distinção de níveis como, sobre tudo essa sua natureza relacional e interativa. Nessa perspectiva, por conseguinte, a sociedade complexa é vista constituída por dois conjuntos culturais básicos que produzem e vivem essa relação de oposição complementar [...] (VELHO, 1999, apud, SILVA, 2011, p.43)

O conceito de cultura popular viabiliza a análise das práticas dos sujeitos, pois permite estabelecer a compreensão tanto de seus referenciais de vida e de suas atuações no cotidiano, quanto observar as táticas e estratégias utilizadas no embate entre o erudito e o popular. As manifestações da cultura popular são mutáveis, pois estão interligadas ao cotidiano, as tradições e aos significados a elas atribuídos. Logo, por



mais que se procure manter fielmente uma “tradição” (ao passado), sempre serão agregadas novas concepções e significados ao que se pretende reconstituir, fato esse que Stuart Hall (2002, p.88-89) denomina como “tradução”:

Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando as suas “raízes” ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Pois há uma outra possibilidade: a da Tradução. Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas

Partindo do pressuposto que cultura é o modo como um povo estabelece sentidos e significados relacionais, contextualizados e padronizados, que foram transmitidos por gerações, e que organizam as relações que são estabelecidas com a natureza, com o “outro” e com o sobrenatural, pode-se afirmar que os rituais e as expressões iconográficas constituem uma importante dimensão da cultura. Símbolos e significados estão diretamente relacionados ao cotidiano popular e hábitos corriqueiros como comidas, valores, ditados e causos populares, remédios caseiros, crenças e às interações que os sujeitos estabelecem entre si e com as coisas.

388

## **A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO**

A formação do povo brasileiro não pode ser definida por uma palavra ou teoria, pois trata-se de uma experiência e um processo histórico, repleto de contradições e conflitos, que constituíram uma nação de características peculiares. Ao nos remetermos ao nosso “percurso escolar”, sempre fomos levados a entender o Brasil como o país da diversidade cultural, que devido mistura de raças originou um “povo novo” livre de qualquer preconceito, diferença e desigualdade. De acordo com Chauí (2001, p.4),

cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação



permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais

Para Chauí (200, p.5) existe crença generalizada de que o Brasil é “um dom de Deus e da Natureza”; tem um povo pacífico, ordeiro/generoso, alegre e sensual, apesar de sofredor; é um país sem preconceitos e acolhedor; é um “país dos contrastes” regionais, por isso à pluralidade econômica e cultural, e por fim, que falta ao país modernização.

É bastante comum ouvirmos o discurso de que os males do país estão relacionados à colonização portuguesa, à presença dos negros ou dos asiáticos e aos maus governos, traidores do povo e da pátria (CHAUÍ, 2001, p.4). Porém, de acordo com Ribeiro (1995, p.19) surgimos da confluência, do entrelaçamento e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Ou seja, o povo brasileiro surge a partir de uma “mistura” ocasionada pelos povos responsáveis por sua formação.

Podemos considerar que a primeira marcante mistura se deu no momento em que as populações indígenas (que aqui residiam antes da ocupação dos portugueses), ao entrarem em contato com os colonizadores do Velho Mundo, dando origem a primeira geração de mestiços. Segundo Ribeiro (1995, p.89)

Não vieram mulheres solteiras, exceto, ao que se sabe, uma escrava provavelmente moura, que foi objeto de viva disputa. Consequentemente, os recém-chegados acasalaram-se com as índias, tomando, como era uso na terra, tantas quantas pudessem, entrando a produzir mais mamelucos. Os jesuítas, preocupados com tamanha pouca-vergonha, deram para pedir ocorro do reino. Queriam mulheres de toda a qualidade, até meretrizes, porque "há aqui várias qualidades de homens [...] e deste modo se evitarão pecados e aumentará a população no serviço de Deus" (carta de 1550 in Nóbrega 1955:79-80). Queriam, sobretudo, as órfãs del-rei, que se casariam, aqui, com os bons e os ricos. Poucas conseguiram.

Tempos depois, em virtude do plantio da cana de açúcar e da necessidade da mão de obra para a execução deste, inúmeros africanos foram expropriados de suas terras para viverem na condição de escravos. Tal fato é de significância imensurável na formação do Brasil. Estes foram trazidos brutalmente a um lugar até então



desconhecido, distante de suas referências culturais e familiares, pois era práxis dos mercadores separarem os parentes. Assim, os negros tiveram que recriar sua maneira de ver e agir no mundo. Muitos deles, acabavam não suportando o sofrimento causado pela diáspora, recorriam ao suicídio, à violência e aos quilombos para se livrar da exploração e elaborar uma cultura à parte da ordem colonial. Outros buscavam meios de comprar a sua própria liberdade ou, mesmo sendo vistos como escravos, conquistavam funções e redes de relacionamento que lhes concediam uma vida com maiores possibilidades.

Só através de um esforço ingente e continuado, o negro escravo iria reconstituindo suas virtualidades de ser cultural pelo convívio de africanos de diversas procedências com a gente da terra, previamente incorporada à proto-etnia brasileira, que o iniciaria num corpo de novas compreensões mais amplo e mais satisfatório. (RIBEIRO, 1995, p.116)

Não se limitando ao contato entre o português e o nativo, essa mistura de povos estendeu-se aos negros, pois a exploração sexual dos senhores sobre as suas escravas, consideradas como propriedades destes, era comum, resultando em raça mestiça, que no ambiente colonial eram considerados inclassificáveis. Com o passar do tempo reconhecimento dessa nova gente mestiça passou a ser limitada pela cor da pele e na renda a distinção dos grupos sociais.

Vagarosamente a agricultura foi sendo substituída pela modernização capitalista. A força rude e encarecida do trabalho escravo acabou abrindo espaço para a entrada de outros povos. Italianos, alemães, poloneses, japoneses, eslavos e tantos mais, não suportando os abalos causados pelas teorias revolucionárias e os avanços do capitalismo passaram a buscar novas oportunidades, e acabaram residindo no Brasil. Assim, contribuíram para a exploração de novas terras e compuseram as primeiras jornadas de trabalho em ambiente fabril.

Cada um desses povos que por aqui passaram deixaram enraizados algo que pudesse colaborar com a formação desse “novo mundo”. Dialectos, comidas, costumes, entre muitas outras contribuições podem ser percebidas ainda na atualidade. Porém, é inegável que a cultura indígena e principalmente a negra, tiveram maior destaque nesse processo. Desse modo, a sociedade e a cultura brasileira pode ser considerada como uma variante da tradição civilizatória europeia ocidental, incrementadas com cores e costumes herdados dos índios e dos negros africanos (RIBEIRO, 1995, p.20).





## **BRASIL O PAÍS DA DIVERSIDADE?**

Ao analisarmos a formação do povo brasileiro poderíamos pensar que devido às influências dos diversos povos existia a possibilidade de uma sociedade multiétnica, porém, ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação (RIBEIRO, 1995, p.20)

Tanto os índios como o negro assumiram um papel de agentes culturais muito mais passivos que ativos. Em razão do período escravista, o negro teve uma considerável importância na construção desse “novo mundo” chamado Brasil, tanto por sua presença como a mão de obra produzindo quase tudo que aqui se fez, como pela introdução racial e cultural (RIBEIRO, 1995, p. 114)

391

Ao integrar-se na etnia brasileira, os negros, tiveram de aprender a viver, plantando e cozinhando os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos pelos nomes tupis incorporados ao português, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauim. Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida, uma imensa Babel de línguas.

Mesmo com uniformidade racial o plano cultural era bastante eclético, não correspondendo a uma unidade linguístico-cultural, que ocasionasse uma unificação, pois os negros ainda se encontraram na condição de escravos.

A diversidade linguística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somada a essas hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano. Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e frequentemente hostis pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente no universo cultural da nova sociedade. (RIBEIRO, 1995, p. 115)



Apesar de circunstâncias tão adversas, esses povos acabaram sendo aportuguesados, porém, tal repercussão de diversas maneiras e áreas aconteceu de forma recíproca. Essas influências ainda hoje podem ser percebidas claramente pela cor da pele, nos grossos lábios, bem como em cadências e ritmos e nos sentimentos especiais de cor e de gosto. De acordo com Ribeiro (1995, p. 120)

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

Essa ligação tanto as raízes africanas ou indígenas, eram (e infelizmente são até a atualidade) consideradas por muitos como algo inferior. No intuito de negar essas raízes (africanas e indígenas) foram adotadas práticas e/ ou costumes que não têm ligação alguma com o cotidiano, em busca da deculturação. Para Ribeiro (1995, p. 205) sua gravidade é quase equivalente à primeira grande deculturação que sofremos, no primeiro século, ao desindianizar os índios, desafricanizar os negros e deseuropeizar o europeu para nos fazermos. Tal fato resultou numa população de cultura arcaica, que é transmitida de pais para filhos e que vivem em prol do calendário civil regido pela Igreja, dentro de padrões morais bem prescritos. Muitas práticas acabam sendo banidas devido a uma ligação com essas raízes, o que nos deixa claro o grande preconceito para com as mesmas e que vão contra a “cordialidade” que nos foi atribuída. De acordo com Holanda (2006, p. 146)

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.



Todo esse processo formador deu origem a uma distância social no Brasil que separa e opõe os pobres dos ricos, somada a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios. A luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, e ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional (RIBEIRO, 1995, 220). O primeiro desafio cultural imposto ao negro brasileiro e ao índio foi aprender a língua portuguesa em prol de sua comunicação e sobrevivência. O domínio da mesma ocasionou uma difusão em todo o território, originando uma nova língua que contava tanto com dialetos tupi-guarani como africanos.

Logo após a abolição, os negros foram proibidos pelas classes dominantes de circular nos centros urbanos, assim, acabaram se alojando nas periferias desses centros, em cortiços e acampamentos que eram invadidos e destruídos brutalmente com frequência. Desse modo foram constituídos os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas, que vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e conviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados e expulsos (RIBEIRO 1995, p. 222). Com sua circularidade limitada o acesso ao trabalho também se restringia, gerando o desemprego, a fome, o que originou o estereótipo preguiçoso, burro e ladrão.

Em meio de todas essas dificuldades, o negro, que agora se tornara urbano, construiu uma cultura própria, contendo alto grau de criatividade, repleta de retalhos ligados a africanidade expressados por meio de sua musicalidade, comidas, religiosidades, que nos cercam até a atualidade.

A partir dessas precárias bases, o negro urbano veio a ser o que há de mais vigoroso e belo na cultura popular brasileira. Com base nela é que se estrutura o nosso Carnaval, o culto de Iemanjá, a capoeira e inúmeras manifestações culturais. Mas o negro aproveita cada oportunidade que lhe é dada para expressar o seu valor. Isso ocorre em todos os campos em que não se exige escolaridade. É o caso da música popular, do futebol e de numerosas formas menos visíveis de competição e de expressão. O negro vem a ser, por isso, apesar de todas as vicissitudes que enfrenta, o componente mais criativo da cultura brasileira e aquele que, junto com os índios, mais singulariza o nosso povo. (RIBEIRO, 1995, p.222)

É inegável que nossa história se fez em torno de nossos antepassados, e todo esse processo de construção do povo brasileiro fez com que o negro, o mulato e o



mestiço possam ser o mais brasileiro dos componentes de nosso povo. Apesar da presença de um grande preconceito, esse “mulato”, “mestiço” passou a se apropriar tanto da cultura popular quanto da cultura erudita e que motivou o surgimento de grandes nomes nas letras, nas artes e na política. É possível listar, de maneira numerosa, nomes de destaque nas mais diversas áreas: o artista Aleijadinho; o escritor Machado de Assis; o jurista Rui Barbosa; o compositor José Maurício; o poeta Cruz e Sousa; o tribuno Luís Gama; como políticos, os irmãos Mangabeira e Nelson Carneiro; e, como intelectuais, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, a escritora Carolina de Jesus, o atleta Pelé, o músico e compositor Pixinguinha. Porém, apesar dos inúmeros feitos por cidadãos negros, nas mais diversas áreas, foi preciso que o negro americano fosse “reconhecido” com algum valor para que o brasileiro pudesse se atentar a essa raça.

Isso ocorre numa sociedade doentia, de consciência deformada, em que o negro é considerado como culpado de sua penúria [...] Prevalece, em todo o Brasil, uma expectativa assimilacionista, que leva os brasileiros a supor e desejar que os negros desapareçam pela branquização progressiva. Ocorre, efetivamente, uma morenização dos brasileiros, mas ela se faz tanto pela branquização dos pretos, como pela negrização dos brancos. Desse modo, devemos configurar no futuro uma população morena em que cada família, por imperativo genético, terá por vezes, ocasionalmente, uma negrinha retinta ou um branquinho desbotado (RIBEIRO, 1995, p. 224)

394

Esse retrospecto nos elucidava quanto ao nosso surgimento, que se deu efetivamente do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras. Porém, o racismo que vivenciamos ainda hoje, não permite que tal afirmação seja declarada, deixando de lado a origem racial e evidenciando a cor da pele, sempre buscando o enbranquecimento da sociedade. Assim, o negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca (RIBEIRO, 1995, p. 225).

De acordo com Taylor (1996), na atualidade, um expressivo número na de correntes políticas assume a necessidade de reconhecimento. A exigência de reconhecimento se faz emergente, devido à relação entre o reconhecimento e identidade, expressão que designa a habilidade do homem para observar suas próprias ações, perceber suas experiências e emoções, conhecer o que ele é (auto-identidade). O ilegítimo reconhecimento ou a falta do mesmo pode ser uma forma de opressão que



aprisiona alguém em um modo de ser falso, deformado e reduzido (TAYLOR, 1996, p. 75). Atualmente a importância do reconhecimento é aceita universalmente tanto no plano íntimo (ou individual) quanto no plano social.

Dentre as diversas ferramentas e ações afirmativas criadas em função de oportunizar uma nova consciência da sociedade, a Cultura e a Educação recebem destaque. A partir do reconhecimento cultural, é possível interpretar e compreender o como o reconhecimento torna da raça opera em nossa sociedade, o que requer um olhar diferenciado da sociedade embasado no presente, não desconsiderando o processo histórico, porém, buscando alternativas que possam ser incorporadas na atualidade em prol do reconhecimento e valorização do povo.

A alteração da Lei 9.394/96 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo escolar das redes pública e privada, no âmbito de toda a Educação Básica, com a lei 10.639/2003, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, modificada posteriormente pela lei 11.645/08 que acrescenta à temática também a cultura dos povos indígenas, é uma das iniciativas que viabiliza a necessidade de desracializar as instituições escolares, combatendo toda e qualquer prática discriminatória e racista enfrentadas cotidianamente, com medidas que envolvam toda a comunidade escolar na identificação de suas causas e no tratamento de seus efeitos, além de contribuir no debate sobre a importância de se valorizar a história e a cultura afro-brasileira e indígena dentro das escolas, no sentido de ampliar a discussão que trata da diversidade cultural e étnico-racial que ajudaram a formar o país.

395

## **CONCLUSÃO**

É bastante claro que o Brasil é um país que tem todo seu processo de construção relacionado à mistura de raças, onde índios e negros tiveram maior destaque, influenciando ativamente na formação cultural do país. A cultura do Brasil como um todo se fundamenta sobre raízes indígenas e africanas. Porém, a sociedade ainda se mostra resistente em assumir essa “mistura cultural”, mantendo atitudes e pensamentos discriminatórios e preconceituosos, em prol de um ilusório embranquecimento.



Assim, é incontestável a emergência de uma transformação na sociedade, onde Cultura e Educação recebam destaque nesse processo. O reconhecimento a partir da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade, proporcionando o fortalecimento da autoestima, aproximação dos elementos da cultura alicerçados nas matrizes culturais ressignificadas no Brasil, exercício da criatividade, segurança, possibilidade de se tornarem criadores ativos, contra todos os limites de um contexto social que lhes nega as condições dignas de sobrevivência são alguns exemplos da força da cultura na vida desses sujeitos. O mundo da cultura assume um valor em si, como exercício das potencialidades humanas.

Quanto à educação a escola precisa abrir-se, criativa e permanentemente, ao diálogo construtivo com todos os envolvidos no processo educativo, tornando-se um lugar privilegiado de reflexão crítica sobre os diversos problemas que existem no mundo atual, como, por exemplo, as práticas de discriminatórias e preconceituosas que ocorrem em nosso cotidiano.

Entre as ações afirmativas, a lei 11.645/08 que propõe a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena em toda a Educação Básica, é apenas uma das alternativas em prol do reconhecimento dessa “mistura racial”, porém, após oito anos do sancionamento da lei, ainda se encontram muitas barreiras para sua efetivação.

Assim, para criarmos uma sociedade consciente e reflexiva, temos que buscar a partir da Cultura e da Educação, oportuniza-la a conhecer, a reconhecer suas raízes, pois, só assim será possível valoriza-la.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CANCLINI, N.G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- CHAUÍ, M. *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



HOLANDA, A.B. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Positivo Editora. 5ªed. 2010.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTAELLA, L. *A cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.

SILVA, A. L. *Faces de Maria: catolicismo, conflito simbólico e identidade - Um estudo sobre a devoção a Nossa Senhora de Schoenstatt na cidade de Ubatuba Pontifícia* Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2003.

TAYLOR, C. “*The politics of Recognition*”, in D. T. Goldberg (org.), *Multiculturalism: a Critical Reader*. Oxford, Blackwell Publishers, 1996.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.